

Dashboard de Desigualdades de Rendimento e IRS¹

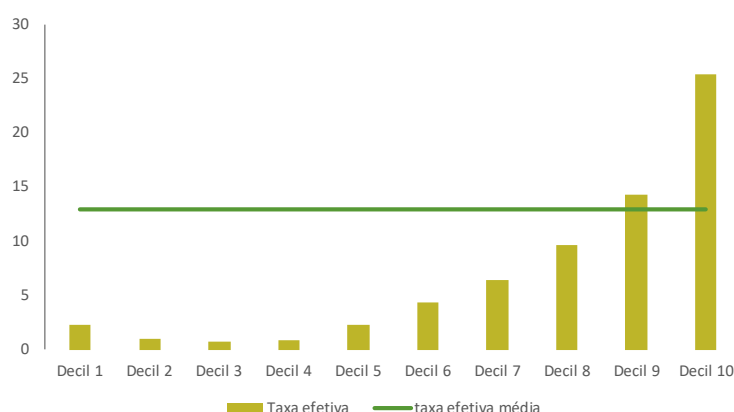
Paulo Renato Costa²

Foi recentemente publicado pelo GPEARI o *Dashboard* de Desigualdades de Rendimento e IRS referente a 2021³. Este *dashboard* baseia-se nos dados administrativos das notas de liquidação do IRS, disponibilizando informação sobre a distribuição dos rendimentos englobados em sede deste imposto. As suas cinco tabelas permitem uma análise completa dos níveis e desigualdades dos rendimentos, bem como dos efeitos redistributivos e taxas efetivas deste imposto, ao longo de toda a distribuição, com enfoque nos topos da mesma. Todos os anos são publicadas três versões deste *dashboard*, nomeadamente por adulto equivalente⁴, por sujeito passivo e por agregado fiscal, que são explicadas no Artigo 04/2022 do GPEARI⁵.

Analisando a versão por adulto equivalente do *dashboard*, verifica-se que em 2021, o IRS reduziu a desigualdade presente nos rendimentos englobados em 12%, com o índice de Gini a reduzir 5,1 p.p., passando de 42,8 antes de impostos para 37,7 após a aplicação do IRS. A par dum ligeiro aumento desta capacidade redistributiva do IRS, a desigualdade entre os rendimentos brutos registou uma pequena diminuição, visto que o índice de Gini de 2020 foi de 43,1. De facto, todos os indicadores de desigualdade evidenciam valores mais reduzidos, à exceção da *share* dos 1% mais ricos que aumentou de 7,5% para 7,7% do rendimento bruto total. Conclui-se, portanto, que os rendimentos médios dos 1% mais ricos não só aumentaram mais do que os dos 10% mais ricos, mas também do que o resto da população.

Na tabela abaixo é possível ver o efeito redistributivo do imposto em cada decil dos rendimentos. O efeito redistributivo do imposto num decil corresponde à diferença entre a percentagem do rendimento pós-IRS detida por esse grupo e a respetiva percentagem do rendimento pré-IRS. Para que a redistribuição global tenha valores positivos, esta diferença deverá ser positiva nos decis inferiores e negativa nos decis mais elevados. Olhando para a quinta coluna da tabela constata-se que o IRS redistribuiu dos 2 decis mais elevados para os 8 decis com rendimentos mais baixos.

Gráfico 1. Taxa média efetiva de IRS por decil



Fonte: Ministério das Finanças.

¹ Publicado no [Boletim Trimestral de Economia Portuguesa \(Abril 2023\)](#).

² GPEARI-Ministério das Finanças.

³ <https://www.gpear.gov.pt/web/pt/fiscalidade-e-desigualdade>.

⁴ O rendimento disponível por adulto equivalente é calculado utilizando a escala modificada da OCDE em que o primeiro adulto tem o peso de 1, cada membro adicional do agregado com 14 ou mais anos o peso de 0,5 e cada criança com menos de 14 anos o peso de 0,3.

⁵ <https://www.gpear.gov.pt/documents/35086/266030/Artigo+04-2022-Dashboard+de+Desigualdades+de+Rendimento+e+IRS.pdf/6f7b2993-f442-ace8-accb-b94e6b3088c4?t=1666176940549>.

Também os indicadores parciais de desigualdade, os rácios de *shares* e de percentis, registaram melhorias significativas. O rácio de *shares* S90/S10 mostra que os 10% mais ricos tinham um rendimento bruto, em média, 29,5 vezes superior ao dos 10% mais pobres, valor que reduz para 22,8 após a redistribuição gerada pelo IRS. Já o rácio S80/S20, mostra que os 20% mais ricos, antes de impostos, tinham um rendimento 10,6 vezes superior ao rendimento dos 20% mais pobres, reduzindo para 8,5 vezes após a aplicação do imposto.

É ainda possível verificar a progressividade do imposto através da análise da evolução da taxa efetiva média ao longo dos decis. De facto, esta é sempre crescente entre o segundo e o décimo decil, sendo o crescimento mais significativo nos dois últimos decis. De salientar que o facto da taxa efetiva ser mais elevada no primeiro decil comparativamente com os seguintes pode estar relacionada com a conjugação de dois fatores: por um lado, pelo facto do mínimo de existência apenas ser aplicado a rendimentos de trabalho (dependente ou independente) ou de pensões, e por outro lado, ao impacto causado pelos rendimentos não englobados, que não são tributados às taxas progressivas e cujo valor do imposto está incluído na coleta, enquanto o rendimento bruto englobado não inclui esses rendimentos (o rendimento não englobado não é incluído nas notas de liquidação).

Em 2021, o rendimento bruto englobado médio registado foi de 14 357 euros (4,4% superior ao de registado em 2020) e a taxa efetiva média de imposto de 13%. Quando comparada a taxa efetiva média de imposto registada em 2020, verifica-se um aumento de 0,4 p.p., o que pode estar relacionado com a não atualização dos valores dos escalões de rendimentos em 2021.

Quadro 1. Rendimento bruto anual por decil

	Rendimento médio bruto	% do Rend. total pré-IRS	Taxa efetiva	% do Rend. total pós-IRS	Efeito redistribuição	% Receita total
Decil 1	1.585	1,10	2,24	1,24	0,14	0,19
Decil 2	5.008	3,49	0,97	3,97	0,48	0,26
Decil 3	7.022	4,89	0,73	5,58	0,69	0,27
Decil 4	8.600	5,99	0,80	6,83	0,84	0,37
Decil 5	9.762	6,80	2,23	7,64	0,84	1,17
Decil 6	11.319	7,88	4,39	8,66	0,78	2,67
Decil 7	13.501	9,40	6,47	10,11	0,70	4,69
Decil 8	16.901	11,77	9,59	12,23	0,46	8,71
Decil 9	23.085	16,08	14,28	15,84	-0,24	17,71
Decil 10	46.785	32,59	25,44	27,92	-4,67	63,96
Total	14.357	100,00	12,96	100,00	0,00	100,00

Fonte: Ministério das Finanças.

Verifica-se que os 20% mais ricos (os dois decis mais elevados) são responsáveis pelo pagamento de 81,7% da totalidade do imposto, sendo que, para fazer parte deste grupo bastava ter rendimentos brutos mensais superiores a 1 380 euros (durante 14 meses).

O *dashboard* mostra ainda que os 10% mais ricos, que contribuem com 64% do total do imposto, recebem, em média, um rendimento mensal bruto de cerca de 3 340 euros, pagando uma taxa efetiva de imposto de 25%. Já os 1% mais ricos, responsáveis pelo pagamento de 21% da totalidade do imposto, auferem, em média, um rendimento mensal de 7 880 euros, aos quais é aplicada uma taxa efetiva média de 35,4%.

Quadro 2. Rendimento bruto anual por topos

	Rendimento médio bruto	% do Rend. total pré-IRS	Taxa efetiva	% do Rend. total pós-IRS	% Receita total
Top 5%	60.901	21,21	28,71	17,37	46,97
Top 1%	110.293	7,68	35,35	5,71	20,95
Top 0,1%	296.154	2,06	42,25	1,37	6,72
Top 0,01%	924.368	0,64	45,67	0,40	2,27
Top 0,001%	2.569.906	0	49,13	0,10	0,68

Fonte: Ministério das Finanças.

Por outro lado, a taxa efetiva de tributação apenas supera a taxa marginal mais elevada dos escalões de rendimentos (48%) quando estamos perante os 0,001% mais ricos, o que corresponde a algumas dezenas de agregados.